CEM ANOS COM PAULO FREIRE: DIÁLOGOS

Nesp n 10.indb 1 25/11/2020 21:10:19

CADERNOS TEMÁTICOS DO NESP
Número 10: Cem anos com Paulo Freire: diálogos

NÚCLEO DE ESTUDOS SOCIOPOLÍTICOS (NESP)

GRUPO GESTOR

REPRESENTANTES DA PUC MINAS:
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (coord.)

REPRESENTANTES DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE:
Frederico Santana Rick
José Zanetti Gonçalves

SECRETARIA:
Carmen Lúcia de Araújo Vieira

COMITÊ EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO:
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

ORGANIZAÇÃO:
Adriana Maria Brandão Penzim
Carlos Eduardo Carrusca Vieira
Claudemir Francisco Alves
Mara Marçal Sales
Robson Sávio Reis Souza

CEM ANOS COM PAULO FREIRE: DIÁLOGOS

Adriana Maria Brandão Penzim
Carlos Eduardo Carrusca Vieira
Claudemir Francisco Alves
Mara Marçal Sales
Robson Sávio Reis Souza
Organização

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

editora PUC Minas

Belo Horizonte
2020

© 2020 Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem a autorização prévia do Nesp.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
Secretário de Comunicação: Mozahir Salomão Bruck
Coordenador do Anima: Pe. Áureo Nogueira de Freitas

EDITORA PUC MINAS
Direção e Coordenação editorial: Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Comercial: Paulo Vitor de Castro Carvalho

Projeto gráfico e diagramação do miolo: Eduardo Magalhães Salles
Capa: Cláudio Lütkenhaus

CONSELHO EDITORIAL
Édil Carvalho Guedes Filho, Eliane Scheid Gazire, Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros, Flávio de Jesus Resende, Jean Richard Lopes, Javier Alberto Vadell, Leonardo César Souza Ramos, Lucas de Alvarenga Gontijo, Luciana Lemos de Azevedo, Márcia Stengel, Meire Chucre Tannure Martins, Mozahir Salomão Bruck, Pedro Paiva Brito, Sérgio de Morais Hanriot.

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C393 Cem anos com Paulo Freire: diálogos/ organizadores Adriana Maria Brandão Penzim ...[et al.]. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, Nesp, 2020. (Coleção Cadernos Temáticos do Nesp ; n. 10).

200 p.: il.

ISBN – 978-65-88547-07-6

1. Freire, Paulo, 1921-1977. 2. Psicologia social. 3. Educação – Métodos de ensino. 4. Educação de adultos. 5. Política e educação. 6. Sociologia educacinal. I Penzim, Adriana Maria Brandão II. Título. III. Série.

CDU: 371-483

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Paim Brito – CRB 6/2999

Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp
Av. Dom José Gaspar, 500, prédio 4, sala 205 – Coração Eucarístico – Belo Horizonte – MG
CEP: 30.535-901 – Telefone (31) 3319-4978 – e-mail: nesp@pucminas.br – site: www.nesp.pucminas.br

Sumário

Parecer do escritor Rubem Alves ao Conselho
Diretor da Unicamp sobre Paulo Freire 7

Apresentação
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza 9

Psicologia social em preto e branco: Paulo Freire na
psicologia social que fazemos na PUC Minas
Rubens Ferreira do Nascimento 19

Paulo Freire, os dilemas da escola pública
e as contribuições da psicologia social
Cleiton Donizete Corrêa Tereza
Fernanda Mendes Resende 61

Provocações do não saber: notas sobre as dimensões
psicológicas, pedagógicas e políticas de escuta
Betânia Diniz Gonçalves
Carlos Eduardo Carrusca Vieira 81

Afinidades eletivas entre Paulo Freire
e o discurso psicanalítico
Carla de Abreu Machado Derzi
Cristina Moreira Marcos
Valéria Freire de Andrade 91

Por uma educação que transforme: o trabalho sob o ponto de vista de Paulo Freire
Mara Marçal Sales
Amanda da Silva Madeira
Logan Andrade dos Santos 107

Paulo Freire e construcionismo social: possibilidades dialógicas e de construções de novas realidades na Educação
Natália Silva Resende
Patrícia Eliane de Melo 123

Escola sem partido: tentativa de esterilização da reflexão ética e negação da alteridade na educação
Carlos Eduardo Carrusca Vieira 135

Paulo Freire: legado e reinvenção na educação integral
Cleidiane Lemes de Oliveira
Viviane Augusta Ramos Dias Pascoal
Deisy Ferreira dos Santos
Teodoro Adriano Costa Zanardi 169

Sobre os autores 195

Afinidades eletivas entre Paulo Freire e o discurso psicanalítico

Carla de Abreu Machado Derzi
Cristina Moreira Marcos
Valéria Freire de Andrade

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E SUJEITO EM PAULO FREIRE

É impossível pensar sobre a vida humana na Terra sem a instituição educação. Não existe nenhum agrupamento humano no qual não aconteçam práticas educacionais. Isso porque a educação é necessária para a existência em comum, pois é ela uma das principais instituições que faz a entrada dos sujeitos nas normas, nas regras e, principalmente, na cultura de determinada sociedade. Além disso, é por meio da educação que um povo socializa seus conhecimentos construídos historicamente, criando e compartilhando formas comuns de existência.

Através dos tempos, a educação terminou por firmar-se como uma das principais instituições sociais na modernidade e também na contemporaneidade. Assim, a educação em um sentido amplo, tendo a escola pública como seu lócus específico, instituiu-se como lugar privilegiado de investimento de expectativa social, de aspirações e anseios. As finalidades educacionais, suas modalidades de exercício, seus agentes, seu papel social e cultural, suas normas e formas de organização, suas tecnologias foram revestidos de significações positivas poderosas na modernidade, tornando a escola um espaço importante na construção da ordem social e cultural dominante no Ocidente.

Território heteróclito, o âmbito educacional é constituído e atravessado por forças díspares que oscilam seus movimentos entre a produção de subjetividades singulares e a padronização de formas de existência, entre a invenção e a reprodução de conhecimento e de mundos, entre o exercício do pensamento e o adestramento da inteligência. No mesmo tempo e no mesmo espaço coexistem tanto dispositivos de disciplinamento, controle e opressão, quanto possibilidades de criação e de resistência à opressão do pensamento, ou seja, de transformações. Isso porque a educação é um território vivo no qual se expressa esse paradoxo: ao mesmo tempo em que dissemina formas de poder, o âmbito educacional também abriga e produz formas de resistência a ele. Assim sendo, a questão do trabalho com o pensamento e com a aprendizagem coloca-se no âmago desse paradoxo, pois, se a aprendizagem se refere a formas da produção e da manutenção da existência humana na face da Terra (HARARI, 2018), através do exercício do pensamento pode-se contribuir para produzir e criar formas de vida autônomas e singulares ou para reproduzir e domesticar pensamentos e formas de conhecer e de viver conforme padrões sociais já estabelecidos e cristalizados. Nas palavras de Paulo Freire (2009, p. 44): "educação para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito".

Muito já se escreveu, teorizou e discutiu sobre a função reprodutora, domesticadora e padronizadora da escola. Um dos pensamentos mais fortes nesse sentido a adentrar o âmbito educacional, denunciando o caráter reprodutor das escolas foi o de Bourdieu e Passeron em seu livro **A reprodução**, no qual os autores tornam visíveis os mecanismos escolares que funcionam no sentido de manter a estrutura social e econômica vigentes. Segundo eles, a escola seria uma instituição que teria como missão não explicitada, inculcar as normas, valores e procedimentos sociais típicos da classe dominante em todos os sujeitos que adentravam o espaço escolar. Esse processo foi denominado por eles de violência simbólica, uma vez que ele era exercido de forma sutil, imperceptível, através da propagação de uma maneira de existir da sociedade padrão, notadamente através da legitimação de determinada cultura e de determinada linguagem como legítimas, desconsiderando todas as outras.

Escola... Instituição que faz a entrada dos sujeitos nos equipamentos produtivos padronizadores, a entrada nas línguas dominantes, esvaziando o sentido de mundo da criança que nela ingressa, fazendo com que toda sua intensa produção de dança, de canto, de desenho, se esvaia em produções estereotipadas e em atividades programadas. Instância que barra o pensamento crítico e vivo e treina a inteligência. Instituição que captura a criação, a invenção, padronizando toda manifestação infantil segundo os modelos sociais adequados (GUATTARI, 1986). Instituição reprodutora, que legitima e reproduz os conhecimentos de uma determinada classe social, inculcando os saberes e modo de vida de um modelo padronizado em todos os alunos como se aqueles fossem as únicas formas certas, quando não as únicas possíveis (BOURDIEU, 1975). Escola que segrega e exclui os que não comungam desses valores, desse modo de vida e desse conhecimento já dado, já conhecido. Segrega os "outros" para reproduzir os mesmos...

No entanto a escola não é só reprodutora. Nela também se agitam forças transformadoras e criadoras. Nela muitas vezes toma forma uma "educação para a liberdade" construída por Paulo Freire, na qual o exercício de aprender é indissociável de uma aventura do pensamento e visa trabalhar a educação em uma perspectiva libertária. Assim, no âmbito educacional, a experiência com outros métodos e outras concepções sobre o ensinar e aprender podem proporcionar um desmanche dessa perspectiva de reprodução.

O trabalho de Paulo Freire certamente é uma das mais poderosas forças engendradas no campo educacional no sentido de demonstrar a indissociabilidade desse campo do campo político, econômico e cultural, bem como de explicitar as bases de uma educação transformadora, a serviço do pensamento criador e de uma sociedade democrática e justa. Durante mais de quinze anos, a partir da década de 1950, Paulo Freire dedicou-se às experiências no campo da educação de adultos em áreas proletárias e subproletárias, urbanas e rurais, em Pernambuco. Ao propor uma educação para a liberdade, Paulo Freire articula de forma indissociável educação e vida, sempre com o pressuposto básico de que

não existe uma educação neutra: segundo a sua visão, toda a educação é, em si, política, quando entende o homem vivo em relação com o mundo vivo que o rodeia. "A educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é prática de dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado no mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente nos homens" (FREIRE, 2005, p. 81). Dessa forma, Paulo Freire propõe uma educação como prática dialógica, ao dar expressão e voz a maneiras de pensar dos sujeitos proletários em contraposição a práticas educativas reprodutoras dos sistemas padronizados de conhecer, pensar e se expressar. "Fui alfabetizado [...] com palavras do meu mundo, não do mundo dos meus pais. [...] Já homem, eu proponho isso! No nível da alfabetização de adultos, por exemplo" (FREIRE, 2009, p. 14).

Ao propor uma pedagogia do oprimido, Paulo Freire não se refere a uma pedagogia "para" o oprimido, mas sim, uma pedagogia "do" oprimido, protagonizada pelos sujeitos que se encontram submetidos pelos interesses, pela linguagem e por uma cultura estranhos a ele. O oprimido não é coisa que se resgata, pelo contrário, é um sujeito que se autoconfigura responsavelmente e singularmente. Todo o empenho de Paulo Freire se fixou na busca desse homem sujeito que, necessariamente, implicaria uma sociedade também sujeito (FREIRE, 2009). Dessa forma, o que está colocado é a indissociabilidade entre educação, política e sociedade. A educação é sempre política, uma vez que instiga nos sujeitos uma postura de autorreflexão e de reflexão sobre seu tempo e espaço. Reflexões que levam os sujeitos a sua inserção na história, não como espectadores, mas como autores.

Encontramos na já conhecida afirmação de Paulo Freire – "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 2005, p. 78) –, elementos importantes para entendermos sua concepção de sujeito, de sociedade e de educação. Nesse pensamento, Paulo Freire concebe uma relação complexa, entre os sujeitos e entre os sujeitos e o mundo, na qual o mundo é o objeto sobre o qual os homens dialogam e sobre o qual

agem em comunhão. Pressupõe, portanto, uma relação horizontalizada, na qual os sujeitos têm a possibilidade de dialogar, ou seja, de dizer e trocar as palavras que são suscitadas pela curiosidade e pela investigação ativa em relação ao mundo. Ao mesmo tempo, a palavra tem como condição fundamental para a sua existência, a presença do outro, ela é inequivocamente dialógica.

É importante aqui entender a concepção de palavra em Paulo Freire. Na concepção freireana, a palavra tem duas dimensões indissociáveis: ação e reflexão. Uma palavra esvaziada de ação seria também sacrificada na sua dimensão de reflexão, transformando-se em verbalismo sem sentido, alienada e alienante. É uma palavra na qual não se encontra a presença do mundo. Por outro lado, uma palavra que não tenha em si a reflexão, seria a ação pela ação, um ativismo vazio. Assim, a palavra para Freire é ao mesmo tempo reflexão e ação. Pronunciar o mundo é, portanto, problematizá-lo e transformá-lo. Sendo assim, dizer a palavra não pode ser privilégio de alguns homens. Também não há como dizer a palavra sozinho, nem tampouco dizer a palavra para os outros, em uma atitude de prescrição, por meio da qual a palavra dos demais é roubada. O diálogo, portanto, é o encontro dos homens mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo, mas não se esgota na relação dual eu-tu (FREIRE, 2005).

A Educação como prática de liberdade só pode ser realizada por meio da dialogia, pois só se efetivará numa "pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica" (FIORI, 2005, p. 7). Para que isso aconteça é fundamental que os sujeitos dialoguem e reflitam sobre o mundo em que habitam em um processo educacional transformador. Na relação de construção de aprendizagem, educadores e educandos dialogam. Não existe lugar para o monólogo, implícito na ideia de ensinar, quando o mestre fala, disserta sobre determinado conteúdo sem interação, sem troca, sem questionamentos, tornando o mundo um objeto que só a ele pertence. A dissertação do mestre proporciona apenas a contemplação, a passividade e quando muito a reprodução, que leva a submissão. Só por meio do diálogo é possível

construir a aprendizagem, alcançada pelo exercício do pensamento. Só o diálogo, a conversa aberta e questionadora sobre percepções de mundo proporciona a aprendizagem. Tudo o mais é reprodução, repetição de conceitos e concepções vazias, estáticas, cristalizadas.

Temos então que o sujeito da educação freireana, além de ser um sujeito ativo e reflexivo, é um sujeito que emerge da relação educacional encharcado de mundo e de palavras, palavras próprias e de outrem. Nesse sentido, temos que o sujeito em Paulo Freire é um sujeito do coletivo, um sujeito engendrado no e pelo diálogo. Mas também é certo que esse sujeito, que assim emerge, encharcado de mundo e de palavras saiba pronunciar, em meio a todas as palavras, as suas próprias palavras. "O existir é individual, contudo, só se realiza em relação com outros existires" (FREIRE, 2009, p. 49).

APROXIMAÇÃO DO PENSAMENTO FREIRIANO AO DISCURSO PSICANALÍTICO

A articulação entre o sujeito e a sociedade faz parte da trama teórica e clínica da psicanálise. Desde Freud, a noção de sujeito está articulada ao Outro, ou seja, o sujeito se constitui a partir do Outro simbólico. Se pensarmos na relação do sujeito com o saber e seus impasses no processo educacional, devemos nos lembrar que Freud, e Lacan em sua esteira, sempre os analisaram a partir do laço social ao qual sujeito e saber se articulam. Os modos de apresentação do sujeito e a função do saber dependem do laço social no qual o sujeito se constitui.

Freud inclui na construção da psicanálise a investigação de fenômenos socioculturais e políticos. Embora a psicanálise seja uma prática clínica por definição, ela não se reduz a essa prática. A articulação entre o sujeito e o campo sociopolítico ocorreu em Freud e em Lacan, possibilitando nesse sentido romper com a dicotomia entre o indivíduo e o coletivo. A partir da ética da psicanálise, Freud utiliza-se da análise de fenômenos coletivos para compreender processos individuais e recusa a simples oposição entre indivíduo e sociedade ou entre a psicologia individual e coletiva, afirmando uma concepção biopsicossocial do sujeito (Cf. ROSA, 2004).

A psicanálise é um laço social que propõe tratar os impasses de cada sujeito como efeitos de um certo momento da civilização. Que as transformações sociais, políticas e econômicas se traduzam em produções discursivas diferentes a cada momento simbólico e que estas determinem posições subjetivas diferentes é inegável.

> Exatamente por se constituir como discurso do Outro, como sede dos valores e comandos de uma determinada cultura, o inconsciente se revela como um laço social diferente em cada momento da civilização. [...] Tratar das questões do sujeito significa, também, a possibilidade de ler os efeitos e as características do controle social concretamente presente. (PINTO, 2008, p. 70)

Sabemos que o mundo ocidental passou por grandes transformações sociais e culturais e que os progressos científicos e os avanços tecnológicos fazem parte do nosso cotidiano. Nosso mundo parece produzir uma nova economia libidinal, regida pelo discurso capitalista, que exige eficiência e rapidez. A globalização caminha no sentido da universalização e da homogeneização, na qual se oferecem múltiplos produtos. O sujeito, ao se confrontar com os novos objetos de consumo lançados no mercado, deverá responder ao imperativo de gozar deles, de consumi-los (LAURENT, [s.d.]; MILLER, 1998). Os objetos são uma vestimenta para o sujeito, uma vestimenta necessária para que o sujeito, através do seu uso, se insira em seu laço social. Ocorre uma tentativa de privilegiar o objeto em detrimento do sujeito. A sociedade atual produz sujeitos insaciáveis em sua demanda de consumo, consumo de *gadgets*, que ela oferece como objetos de desejo. Atualmente, a importância da subjetividade se reduz e o sujeito do processo educacional se encontra prisioneiro desse tempo. Os avanços científicos são exemplos clássicos disso: a genética, com a possível geração artificial de vida, nos revela que nem sempre a presença é fundamental para se criar. As máquinas cada vez mais sofisticadas testemunham como a presença corporal do ser humano se reduz.

A nova ordem do mundo provoca uma modificação no lugar ocupado pelo sujeito, porém a psicanálise tem um compromisso com o

sujeito, com a causa do inconsciente. O compromisso da psicanálise opõe-se à lei do mercado, já que cada sujeito é importante em sua verdade particular, já que o trabalho analítico ocorre a partir da ficção singular criada por cada um numa tentativa de responder ao mal-estar do mundo contemporâneo.

Recusar a simples oposição entre indivíduo e sociedade significa pensar os processos de subjetivação em movimento e em constante transformação, determinados pela realidade histórico-social. Para abordá-los, faz-se necessário um olhar transdisciplinar que possibilite o diálogo entre os múltiplos campos de saber. Lidamos com um sujeito que se constitui em sua relação com os outros. A atualidade e pertinência de se pensar o diálogo entre os saberes devem-se, em parte, ao fato de que lidamos hoje com manifestações cada vez mais frequentes de uma dificuldade de apreensão subjetiva da realidade psíquica por parte dos sujeitos e de uma redução do sujeito a objeto.

Esse problema pode ser pensado a partir da descoberta freudiana assim como da educação freiriana. Mais do que afirmar uma nova concepção da subjetividade marcada pela divisão, pela clivagem e pelo desconhecimento, a psicanálise promove a inclusão do sujeito em seu discurso, conferindo a ele um lugar em suas explicações. Nesse sentido, a busca da objetividade, no contexto da educação, falsearia a experiência, situando em uma exterioridade aquilo que a organiza internamente. A psicanálise visa à subjetivação, ou seja, a invenção de modos singulares de lidar com a verdade. O sentido do sintoma é único na medida em que ele indica a presença de um sujeito. "Suturar o sujeito através de uma linguagem exterior a ele seria, exatamente, eliminar o sujeito ao reduzi-lo a objeto do saber" (PINTO, 2008, p. 77). Pensar nas afinidades eletivas entre a psicanálise e o pensamento freiriano aponta não somente para a necessidade e a pertinência de se incluir o sujeito nas práticas discursivas no mundo de hoje marcado pela objetalização, mas também para a sua necessária inclusão na experiência, como prática de liberdade.

Sendo assim, não podemos pensar o sujeito desvinculado dos fenômenos psicossociais, das transformações históricas, sociais e culturais.

Como dissemos anteriormente, o inconsciente, como discurso do Outro, é um discurso que funciona na determinação do sujeito antes mesmo que este se aproprie dele. Como discurso do Outro, ele varia em função dos momentos civilizatórios. Interessa-nos perguntar se a psicanálise, fazendo vacilar o totalitarismo, não se aproximaria do pensamento de Paulo Freire.

Lacan (1966/1967) afirma: "Eu não digo "a política é o inconsciente", mas, simplesmente, "o inconsciente é a política". Essa frase de Lacan aproxima o objeto de trabalho da psicanálise "o inconsciente" com "a política", bem como evidencia as relações do inconsciente com a política. Miller (2011) comenta essas duas frases, "a política é o inconsciente" e o "inconsciente é a política", dizendo primeiramente que não há equivalência entre elas, ou seja, com as palavras do Miller (2011, p. 2), "não se trata de: A = B, B = A".

Sobre a frase, "a política é o inconsciente", Miller (2011) aponta a denegação de Lacan e afirma que, embora haja um psíquico na política, a política não é somente o inconsciente, sendo assim, a política não se reduz ao inconsciente, havendo mais na política do que provém do inconsciente. Além disso, Miller (2011) prossegue alegando que não é tarefa do psicanalista definir a política.

Sobre a segunda frase, "o inconsciente é a política", Miller (2011) diz que essa frase é um desenvolvimento da frase de Lacan "O inconsciente é o discurso do Outro", na medida em que o Outro é dividido e não existe o "Um". Miller (2011) desenvolve essa ideia a partir da frase de Marcel Gauchet: "É nisto que consiste especificamente a política: ela é um lugar de uma fratura da verdade" (p. 4). A verdade é dividida, fraturada, sendo sempre não-toda. Diante disso, o inconsciente tem a ver com o laço social, justamente pelo fato de não existir a relação sexual que o sujeito é levado a tentar fazer laço diante da impossibilidade do "Um". A frase "o inconsciente é a política" não trata de uma redução e sim, de uma ampliação, do transporte do inconsciente para a cidade, já que ressalta a função dos laços sociais.

Como afirma Brousse (2018): "exige-se do analista que ele se interesse pela dimensão do político e da cidade" (p. 28). A autora, inclusive, articula

com a citação de Lacan (1953) quando ele se refere ao analista: "Que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época" (p. 322). Trata-se da psicanálise em extensão aplicada aos laços sociais. O psicanalista precisa sair do seu confinamento e escutar os efeitos da sua voz na cena do mundo e recolher os efeitos do mundo para o campo analítico.

No campo analítico precisa-se levar em consideração a dialética do desejo. A frase de Lacan (1962-1963/2004) "o desejo do homem é o desejo do Outro" (p. 32) evidencia que o desejo jamais é individual. A dicotomia individual/coletivo não se sustenta, já que o desejo que o sujeito busca decifrar é sempre o desejo do Outro, uma vez que passa pelos significantes da linguagem (BROUSSE, 2018). O Outro enquanto linguagem determina as modalidades dos laços sociais. Consequentemente, não há como separar o público do privado, e há de se localizar o político no campo privado, pois a prática analítica, apesar de acontecer em alguns casos dentro do consultório particular, é inerente aos laços sociais e ao coletivo. Não se pode esquecer que os pacientes nos procuram em razão de um sofrimento psíquico, e que esse está estritamente ligado ao que não se inscreve na civilização, à norma social. Há em cada um de nós uma parte indomável, imponderável, fundamentalmente não social (associal), essa parte irredutível, resta. Segundo a citação de Ebitinger (2003): "O que a psicanálise permitiu descobrir, é que a parte mais irredutível, a mais íntima e a mais ignorada de cada um é precisamente sobre essa que se funda o laço social, a inscrição na cidade. Existe então uma relação cruzada entre o civilizado e o selvagem, entre o domável e o indomável" (p. 41). A psicanálise existe pelo fato de não existir o encontro harmonioso entre o homem e a civilização, pelo fato de não existir a relação sexual, de não existir o Um.

Brousse (2018) prossegue dizendo que os psicanalistas precisam se engajar, tomar partido, e até mais, se questionarem sobre a organização da sociedade. Assim é responsabilidade do analista elaborar uma política própria da psicanálise, bem como interrogar sobre a vida política pública no geral.

Laurent destaca a função do analista enquanto "analista cidadão". Segundo ele,

> Os analistas precisam entender que há uma comunidade de interesses entre o discurso analítico e a democracia, mas entendê-lo de verdade! Há que se passar do analista fechado em sua reserva, crítico, a um analista que participa; um analista sensível às formas de segregação: um analista capaz de entender qual foi sua função e qual lhe corresponde agora. (Laurent, 1999, p. 8)

O analista cidadão que toma partido nos debates é compatível com as novas formas democráticas, antinormativas e irredutíveis a uma causalidade ideal. Além disso, o analista deve contribuir com a civilização na articulação entre as normas e particularidades individuais, deve ajudar a impedir que, em nome da universalidade normativa, esqueça-se a particularidade de cada um (LAURENT, 1999).

É importante aproximar o tratamento psicanalítico da democracia, pois a análise faz vacilar a vocação totalitária, possibilitando o giro dos discursos. Pode-se, inclusive, afirmar que a psicanálise é excluída dos regimes totalitários (BROUSSE, 2018). Os discursos são laços sociais que implicam sempre um freio sobre o gozo, uma forma de organização do gozo, um modo de tratar o gozo. Os discursos são formas de estabelecer laços sociais entre os sujeitos, nos quais há uma articulação entre o campo do gozo e o campo da linguagem. Como diz Lacan (1969-1970, p. 158): "os discursos de que se trata são nada mais do que a articulação significante, o aparelho, cuja simples presença, o status existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras".

Desde Freud, a partir do *talking cure,* a fala ilustra pela experiência analítica que ela tem uma função. Ela é relativa a um ganho de saber, na medida em que falar nos possibilita alcançar um outro saber, ou ainda uma construção de saber. A função da fala possibilita deslocar de um sentido para um novo sentido até inclusive, contornar o impossível de dizer. A construção do saber na análise traz as marcas da impossibilidade de tudo saber e dizer, ou seja, a função da fala nos conduz ao próprio

limite do simbólico. Rememoramos até mesmo aquilo que se encontra fora do alcance possibilitando ao sujeito sucessivos remanejamentos subjetivos, a partir da experiência dos discursos. Da mesma forma, a democracia também está ligada à fala, a fala sob todas as suas formas, pelas suas diversas modalidades. Na democracia as palavras também faltam, também falham. "O psicanalista pode intervir como tal no debate público. Não somente para defender a liberdade da palavra, ou defender o direito ao íntimo, mas também para defender o direito à diferença" (BROUSSE, 2018, p. 124). A democracia como possibilidade da diferença permite sustentar a posição do sujeito, enquanto sujeito do desejo que alcançou uma solução singular frente aos seus impasses.

A psicanálise opera sobre o discurso do mestre na medida em que convida o analisante a falar. A psicanálise não opera satisfazendo o Outro, o mestre. O discurso do mestre constitui a matriz a partir da qual os outros discursos vão se organizar. No discurso do mestre o comando, ou seja, o agente, aquele que opera o discurso é o mestre, o senhor, o amo, o dono. Quando alguém se apresenta, ele está no discurso do mestre, trazendo as marcas dele que advieram do Outro. Historicizar no tratamento psicanalítico é trabalhar, através da fala, a rememoração, é desfilar pelos significantes mestres que marcam sua história, é advir sob um significante que o representa. O analisante nos procura pelo fato do seu sintoma não corresponder às exigências dos significantes mestres. Exemplo, um pai que não consegue exercer a função paterna devido a sua relação com o objeto droga. Apesar do trabalho analítico se iniciar pelo discurso do mestre, o tratamento possibilita o giro nesse discurso para advir em outros discursos. O falar atinge um limite, algo escapa às representações, exigindo uma mudança de posição subjetiva frente ao que escapa. O insuportável do sintoma possibilita reinventar seu lugar no Outro a partir das experiências dos discursos.

Como afirma Brousse (2018): "toda análise modifica a relação do sujeito com o significante mestre, ou seja, modifica a posição do sujeito a partir do lugar que ele ocupa no discurso do mestre, ou melhor, a interpretação que ele havia feito do discurso do mestre" (p. 34). Fazer

vacilar a vocação totalitária é colocar em questão os significantes mestres possibilitando uma outra experiência, através de um novo laço social, uma mudança de posição subjetiva em relação ao significante-mestre. A psicanálise propõe um tratamento no discurso do mestre, mesmo se o discurso do mestre for democrata. Como prossegue a autora (BROUSSE, 2018): "é isso que dá ao analista o dever de política: devolver ao sujeito a escolha, a escolha de decidir, ou melhor, a escolha decidida dessa relação com o significante-mestre" (p. 35).

O giro do discurso é fundamental para colocar em movimento o desejo em sua dialética. O discurso analítico é o avesso do discurso de mestre pelo fato de o primeiro levar a uma modificação da posição do sujeito em relação ao gozo enquanto o segundo fixa o sujeito no seu modo de gozo. Os discursos, inclusive o discurso do mestre, são dominadores. O único discurso que não é dominador é o discurso analítico já que possibilita o deslocamento dos significantes mestres a partir do movimento do desejo e implica a escolha subjetiva. Trabalhar sobre a báscula do desejo consiste em instaurar a dialética do desejo, permitindo ao sujeito se deslocar da petrificação, da alienação para a separação, a indeterminação do ser, possibilitando a passagem da posição de objeto para a posição do sujeito do desejo. Ou pelo menos, pôr em marcha a báscula do desejo faz com que o sujeito se torne outro objeto de gozo do Outro. O destino do analisando é vacilar entre a petrificação e a indeterminação pelo deslizamento do sentido, daí a dedução do efeito antitotalitário de uma análise. O sujeito petrificado é aquele que não faz quaisquer perguntas, que se fixa em uma identificação do Outro (Mestre) e que não desliza pelo sentido. Um analisando escolhe o sentido, lutando pela causa de seu sintoma. A alienação é o destino, não tem como vir ao mundo simbólico sem sermos marcados pelo Outro, entretanto a separação não é o destino. Como diz Soler (1997): "a separação supõe uma vontade de sair, uma vontade de saber o que se é para além daquilo que o Outro possa dizer, para além daquilo inscrito no Outro" (p. 62).

Essa vontade de sair e ir além daquilo que o Outro diz permite uma mudança da relação do sujeito com o mundo. Essa mudança é

política, e, sem dúvida alguma, trata-se de uma escolha subjetiva. A escolha implica a responsabilidade. "De nossa posição de sujeito, nós somos sempre responsáveis" (LACAN, 1966, p. 858). A experiência da palavra nos faz colocar em questão os motivos pelos quais escolhemos esse sintoma, essa forma de gozar, e esses significantes mestres. "Se fazer responsável da escolha inconsciente que fizemos é assumi-la e fazer dela um uso no laço social e então na política" (JULLIEN, 2018, p. 114).

O psicanalista toma partido da causa do desejo, ele é militante do sintoma singular, relativamente subversivo aos significantes mestres. Encontramos assim, tanto no pensamento freiriano quanto no discurso analítico, a resistência ao totalitarismo e o apelo à dimensão libertária do desejo.

REFERÊNCIAS

BROUSSE, M. H. **O inconsciente é a política**. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 2018.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

EBITINGER, P. Les psys dans la Cité. In: **La Cause freudienne**, n. 57, p. 39-46, 2004.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a sua palavra. In.: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JULLIEN, B. Politique des conséquences. In: L'*a*- neutralité du psychanalyste. **Quarto**, n. 120, p. 113-115, 2018.

LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In.: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. (Trabalho original publicado em 1953).

LACAN, J. (1966) La science et la vérité. In: **Écrits**. Paris, Seuil.

LACAN, J. (1966/1967) **Logique du Fantasme**. Inédito. Aula de 10 maio de 1967.

LACAN, J. (1992) **O seminário, livro 17**: O avesso da psicanálise. Rio de Janeiro, Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-1970).

LACAN, J. (2004). **Le séminaire, livre 10: L'angoisse**. Paris, France: Seuil. (Trabalho original publicado em 1962-1963).

LAURENT, E. Les nouveaux symptômes et les autres. **La lettre Mensuelle**, n. 162, p. 37-40, [s. d.].

LAURENT, E. O analista cidadão. **Curinga**, n. 13, 1999.

MILLER, J.-A. O Outro que não existe e seus comitês de ética. **Curinga**, n. 12, p. 4-18, 1998.

MILLER, J. A. Intuições Milanesas. **Opção Lacaniana**, ano 2, n 5, jul. 2011. Disponível em: <http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_5/Intui%C3%A7%C3%B5es_milanesas.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, v. IV, n. 2, p. 329-348, 2004.

SANTIAGO, A. L. O mal-estar na educação e a *Conversação* como metodologia de pesquisa-intervenção na área da psicanálise e educação. In.: CASTRO, L. R. e BESSET, V. L. **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2008, p. 113-131.

SOLER, C. O sujeito e o outro II. In: FELDSTEIN, Richard; FINK, Bruce; JAANUS, Maire (org). **Para ler o Seminário 11 de Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SOUZA, O. Reflexão sobre a extensão dos conceitos e da prática psicanalítica. In: ARAGÃO, L. (Org.). **Clínica do social: ensaios**. São Paulo: Escuta, 1991, p. 77-92.

PINTO, J. **Psicanálise, feminino, singular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.